

RELAÇÕES DE RAÇA, CLASSE E SEXO, E SUA IMBRICAÇÃO: UMA CONVERSA COM HELEIETH SAFFIOTI E DANIÈLE KERGOAT

RACE, CLASS, AND GENDER RELATIONS, AND THEIR INTERCONNECTION: A CONVERSATION WITH HELEIETH SAFFIOTI AND DANIÈLE KERGOAT

Vera Simone Schaefer Kalsing¹
<http://orcid.org/0009-0009-4505-2369>

RESUMO

Discuto neste texto as abordagens de duas sociólogas contemporâneas que levam em conta a articulação das desigualdades de gênero, de raça e de classe. São elas: Heleieth Saffioti e Danièle Kergoat. Apresento aqui a ideia do novo patriarcado-racismo-capitalismo, desenvolvida por Saffioti, e a perspectiva da consubstancialidade das relações sociais de sexo, raça e classe, cunhada por Kergoat. O objetivo é apontar diferenças nos pensamentos das duas autoras, outrossim, revelar pontos de convergência que possam existir entre essas duas visões. Suas análises da realidade social podem nos ajudar na importante tarefa de pensar os desafios colocados, sobretudo em países como o Brasil, ainda assombrado pelo passado escravista e por discrepâncias extremas no que tange a gênero, raça e classe.

Palavras-chave: patriarcado, consubstancialidade, relações de sexo, raça e classe.

ABSTRACT

In this text, I discuss the approaches of two contemporary sociologists who take into account the articulation of gender, race and class inequalities. They are: Heleieth Saffioti and Danièle Kergoat. Here I present the idea of the patriarchy-racism-capitalism skein, developed by Saffioti, and the perspective of the consubstantiality of social relations of sex, race and class, coined by Kergoat. The objective is to point out differences in the thoughts of the two authors, and also to reveal points of convergence that may exist between these two views. Their analyzes of social reality can help us in the important task of thinking about the challenges posed, especially in countries like Brazil, still haunted by its slavery past and extreme discrepancies regarding gender, race and class.

Keywords: patriarchy, consubstantiality, sex, race and class relations.

¹ Mestre e Doutora e Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Universidade Federal de Lavras. E-mail: vera.kalsing@ufla.br.

I. INTRODUÇÃO

Nos trabalhos teóricos e de pesquisa das sociólogas Heleieth Saffioti e Danièle Kergoat, a articulação das desigualdades de gênero², de raça e de classe constitui-se como base fundamental. Proponho-me, neste texto, a apontar diferenças nos pensamentos das duas autoras, mas também, revelar pontos de convergência que possam existir entre essas duas visões. Para isso, discuto a ideia do novelo patriarcado-racismo-capitalismo, desenvolvida por Saffioti (1987, 2009, 2015) e a perspectiva da consubstancialidade das relações sociais de sexo, raça e classe, cunhada por Kergoat (2010, 2016, 2018, 2019)³.

Na obra dessas duas autoras, existe uma grande preocupação com a articulação, ou, melhor dizendo, imbricação das relações sociais de poder e dominação existentes nas sociedades ocidentais contemporâneas. O que Saffioti vai entender como sistemas de dominação-exploração: o patriarcado, o racismo e o capitalismo; Kergoat propõe a ideia de relações sociais de sexo, de “raça”⁴ e de classe.

Kergoat tem desenvolvido um robusto trabalho teórico e de pesquisa desde os anos de 1970 com a preocupação de aprofundar a ideia de *relação social*, como um conceito de fundamental importância para a Sociologia. A partir da influência da perspectiva marxista, a relação social é compreendida em seu pensamento como relação de poder, de antagonismo, de oposição. Assim sendo, a autora vai destacar que sobretudo três relações sociais podem ser compreendidas como tais. Seriam elas: as relações de sexo, de raça e de classe. Do mesmo modo, entende que somente essas três relações sociais estariam permeadas de relações de dominação, de exploração e de opressão. E, entre essas três relações, haveria o que Kergoat compreende como consubstancialidade⁵.

2 As feministas materialistas francófonas preferem utilizar o termo “relações sociais de sexo” no lugar da categoria gênero que se refere de qualquer modo à construção social.

3 Esta referência diz respeito aos textos utilizados para esta exposição, porém, é imprescindível salientar que o conceito de consubstancialidade foi desenvolvido por Danièle Kergoat ao final da década de 1970.

4 A socióloga Danièle Kergoat utiliza o termo raça sempre entre aspas para falar em relações sociais de sexo, “raça” e classe, alegando o seguinte: “O termo ‘raça’ é utilizado aqui da mesma forma que classe ou sexo, isto é, como categoria socialmente construída, resultado de discriminação e produção ideológica (Guillaumin, Colette. *L'idéologie raciste*). Dada a carga social e histórica da palavra, no entanto, utilizei-a entre aspas. Tal solução não é totalmente convincente, mas os debates não conduziram ainda ao estabelecimento de uma alternativa teórica e ideologicamente consensual entre os sociólogos. Portanto, faço aqui um uso estratégico da palavra raça, apontando para um conceito político, cultural e social, que evidentemente não deve ser tomado no sentido biológico” (Kergoat, 2010, p. 94, grifo da autora). Apoiando-me nos próprios argumentos da autora, afirmo que não utilizarei as aspas por entender que o conceito de raça remete a duas questões: no caso do Brasil, em particular, a um conceito político reivindicado pelo Movimento Negro Brasileiro e a uma construção social, do mesmo modo que sexo, não havendo necessidade, neste sentido, do uso de aspas.

5 Kergoat (2018, p. 148), em relação ao termo consubstancialidade, afirma o seguinte: “O empréstimo do termo à teologia não era evidente. Mas ele é usado aqui em sua acepção mais banal, a que enuncia a unidade e a identidade de substância das três pessoas da Trindade: o Pai, o Filho e o Espírito Santo”. Porém, em outro texto, de 2010, a autora, no meu entender, elucida melhor a utilização do termo: “O termo, emprestado da teologia, não deve gerar confusão: ele é utilizado aqui em sua acepção mais trivial, de ‘unidade de substância’. Falar em consubstancialidade sugere que a diferenciação dos tipos de relações sociais é uma operação por vezes necessária à sociologia, mas que é analítica e não pode ser aplicada inadvertidamente à análise das práticas sociais concretas” (Kergoat, 2010, p. 94, grifo da autora).

A socióloga brasileira, por sua vez, vai entender a imbricação dos três sistemas de dominação-exploração ou exploração-dominação como o que ela chamou de novo patriarcado-racismo-capitalismo ou metáfora do nó. Iniciaremos nossa abordagem a partir desta autora, ainda que, ao longo do texto, trataremos das duas concomitantemente, com o objetivo de apontar diferenças e concordâncias, buscando estabelecer um diálogo que entendemos como possível entre essas duas abordagens teórico-conceituais.

Todavia, antes de adentrar propriamente em suas abordagens, gostaria de apresentar as referidas autoras, destacando suas distintas origens geo-histórico-culturais que se constituem de extrema relevância para a proposta do dossiê. Danièle Kergoat, provinda de um país de centro e colonialista, a França, e, Heleieth Saffioti, nascida em um país periférico e colonizado, o Brasil. A formação acadêmica e a origem social das autoras coincide: ambas sociólogas pertencentes à classe trabalhadora. Do mesmo modo, suas filiações teóricas, alicerçadas no marxismo. Contudo, o impacto da posição social das duas autoras em seus estudos e análises, considerando a sua procedência de países com estruturas social e econômica totalmente diferentes, a bem dizer opostas, constitui-se de extrema relevância e não pode ser desconsiderado.

O NOVELO PATRIARCADO-RACISMO-CAPITALISMO – A METÁFORA DO NÓ

Saffioti desenvolveu uma abordagem teórica que entende as relações sociais a partir do que ela chamou de simbiose entre três sistemas de dominação-exploração: patriarcado-racismo-capitalismo ou novo entre três contradições sociais básicas.

Segundo a autora, o sexismo e o racismo teriam nascido praticamente na mesma época⁶. Na gênese do escravismo, constava um tratamento distinto dispensado a homens e a mulheres.

Eis porque o racismo, base do escravismo, independentemente das características físicas ou culturais do povo conquistado, nasceu no mesmo momento histórico em que nasceu o sexismo. Quando um povo conquistava outro, submetia-o a seus desejos e a suas necessidades. Os homens eram temidos, em virtude de representarem grande risco de revolta, já que dispõem, em média, de mais força física que as mulheres, sendo, ainda, treinados para enfrentar perigos. Assim, eram sumariamente eliminados, assassinados. As mulheres eram preservadas, pois serviam a três propósitos: constituíam força de trabalho, importante fator de produção em sociedades sem tecnologia ou possuidoras de tecnologias rudimentares; eram reprodutoras desta força de trabalho, assegurando a continuidade da produção e da própria sociedade; prestavam (cediam)⁷ serviços sexuais aos homens do povo vitorioso (Saffioti, 2009, p. 25).

6 Importante destacar que a ideia de raça vem sendo amplamente discutida principalmente pelos estudos pós-coloniais e decoloniais como uma concepção moderna. Aníbal Quijano, por exemplo, compreende as questões raciais associadas ao colonialismo europeu.

7 Cabe aqui uma ressalva com o objetivo de evitar interpretações apressadas ou equivocadas em relação a esta passagem. Quando Saffioti menciona o fato de que as mulheres do povo derrotado “prestavam (cediam) serviços sexuais aos homens do povo vitorioso”, a autora não está de algum modo menorizando ou tratando com eufemismo a situação, já que as mulheres,

Com a emergência do capitalismo, ocorreu a simbiose, conforme a autora, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração. Essa fusão é também compreendida por Saffioti como “nó”.

O nó formaria uma nova realidade, apresentando uma contradição própria, e seria constituído pelas três subestruturas: gênero, raça/etnia e classe social, já que é presidido por uma lógica contraditória, distinta das que regem cada contradição em separado (Saffioti, 2009).

[...] O importante é analisar essas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um nó. Não se trata da figura do nó górdio nem apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes (Saffioti, 1998). Não que cada uma dessas contradições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória [...] (Saffioti, 2009, p. 25).

Saffioti entende essa simbiose como um processo histórico, em que, de acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. Havendo uma motilidade, isto é, nada é fixo, “aí inclusa a organização destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novo patriarcado-racismo-capitalismo [...] – historicamente constituída” (Saffioti, 2009, p. 26).

Um ponto de divergência que porventura podemos inferir no pensamento das duas estudiosas é que, em Kergoat, não haveria uma nova realidade que se fundiria em uma “estrutura global”, como concebe Saffioti. A socióloga francesa entende que existem relações sociais de sexo, de raça e de classe, que são antagônicas e contraditórias, e que são co-extensivas, ou seja, elas se reproduzem e se co-produzem mutuamente, em forma de uma espiral. Existe um conflito entre essas diferentes classes⁸, que se opõem uma à outra, e que Kergoat entende, utilizando-se do termo em francês *enjeux*, como o que está em jogo, em disputa. Existe uma tensão permanente. Não que a ideia de tensão permanente não esteja presente no pensamento de Saffioti, ao contrário, compreendemos que também está.

Quiçá uma das diferenças seja a questão de Saffioti destacar o fato de que o sexismo e o racismo sejam irmãos gêmeos, e de que o capitalismo tenha se apropriado dessa “desvantagem”, no caso, das mulheres e dos negros. Já Kergoat parte seu pensamento da ideia das relações sociais de classe, de raça e de sexo desde o início. Embora não se possa afirmar isso de forma categórica, já que a autora pondera em um texto que “[...] Ademais, uma tal hipótese permitiria avançar a compreensão de como o capitalismo soube utilizar, para se fortalecer, as relações de sexos que lhe preexistiam” (Kergoat, 1986, p. 89). E

provavelmente, eram violentadas. Ela se ancora no texto de uma autora feminista materialista, Nicole-Claude Mathieu, que afirma que “ceder não é consentir”. O que Saffioti destaca é que as mulheres, muitas vezes, precisam “ceder” até mesmo para resguardarem suas próprias vidas.

8 A ideia de classes deve aqui ser compreendida tendo em vista a perspectiva do feminismo materialista de que as classes também se referem ao sexo e à raça. Para mais informações, vide O patriarcado desvendado (Ferreira, 2014).

também, é preciso levar em conta que, em seus primeiros escritos e pesquisas, a autora se debruçou de forma mais intensa sobre as relações de sexo e de classe, em razão de que, no contexto francês, grande parte das feministas reputavam uma origem marxista e suas abordagens priorizavam as questões de origem/nacionalidade. Mais tarde, a autora incorporou às duas relações (sexo e classe), a relação de raça. Ela mesma faz uma espécie de *mea culpa* em um texto publicado em 2019, afirmando o seguinte:

Dado meu passado de militante, anti-imperialista, antirracista e anticolonialista, e os compromissos durante a Guerra da Argélia, “naturalmente” adotei “relações de raça” quando esse termo apareceu na França, com um toque de culpa por não ter feito isso antes (Kergoat, 2019, p. 336, grifo da autora).

Continuando com a ideia de Saffioti sobre a simbiose entre os três sistemas de dominação-exploração, a autora vai dizer que “a imagem do nó não consiste em mera metáfora; é também uma metáfora. Há uma estrutura de poder que unifica as três ordens – de gênero, de raça/etnia e de classe social – embora as análises tendam a separá-las”⁹ (Saffioti, 2009, p. 26, grifo meu). Conforme a autora, o prejuízo científico e político não advém da separação para fins analíticos, mas sim, da ausência do caminho inverso: a síntese. “O patriarcado, com a cultura especial que gera e sua correspondente estrutura de poder, penetrou em todas as esferas da vida social, não correspondendo, há muito tempo, ao suporte material da economia de *oikos* (doméstica)” (Saffioti, 2009, p. 26, grifo da autora).

Ao falar de economia do *oikos*, a autora está se referindo à perspectiva weberiana do patriarcado, pela qual, inclusive, muitas vezes as feministas foram criticadas. Assevera a autora:

Quando consta apenas o termo dominação, suspeita-se de que a visão da sociedade seja tripartite – política, econômica e social, isto é, de filiação weberiana. Talvez esta tenha sido a razão pela qual outras feministas atacaram, e ainda o fazem, o conceito de patriarcado, pensando sempre na formulação weberiana, cujo contexto histórico inspirador foi a sociedade sem Estado. Tratava-se, portanto, de um conceito referido à economia de *oikos*, ou, simplificando, à economia doméstica (Saffioti, 2009, p. 3).

Saffioti, com sua ideia de exploração-domação e vice-versa, justamente por juntar os dois processos (ou duas faces) e também de alternar a ordem, deixa explícita a sua perspectiva marxista, mas também não descarta, por sua vez, a visão weberiana, ao entender que o patriarcado traz em si um caráter duplo: econômico (exploração) e político (dominação), porém, não entendendo como dois processos, e sim, como dois lados de um mesmo processo.

9 Nesta passagem, também podemos estabelecer uma proximidade entre os pensamentos das duas autoras, quando Kergoat (2010, p. 94) vai dizer que “A minha tese, no entanto, é: as relações sociais são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica [...]”.

O patriarcado perpassa todas as esferas da vida social, não se restringindo ao ambiente doméstico. Isso quer dizer, na esfera política, no mercado de trabalho, na esfera cultural, na religiosa, em tudo está presente o sistema patriarcal, a estrutura da nossa sociedade é, desse modo, patriarcal. E, falando de como a simbiose se dá...

De outra parte, o capitalismo mercantilizou todas as relações sociais, nelas incluídas as chamadas específicas de *gênero* [...] Da mesma forma, a raça/etnia, com tudo que implica em termos de discriminação e, por conseguinte, estrutura de poder, imprimiu sua marca no corpo social por inteiro. A análise das relações de gênero não pode, assim, prescindir, de um lado, da análise das demais contradições, e, de outro, da recomposição da totalidade de acordo com a posição que, nesta nova realidade, ocupam as **três contradições sociais básicas** (Saffioti, 2009, p. 26, grifo meu).

É fundamental, de acordo com a autora, a compreensão dessa nova realidade, dessa totalidade, formada pelas três subestruturas, que agora passa a ser compreendida como novo patriarcado-racismo-capitalismo.

Ademais, o gênero, a raça/etnicidade e as classes sociais constituem **eixos estruturantes da sociedade**. Estas contradições, tomadas isoladamente, apresentam características distintas daquelas que se pode detectar no nó que formaram ao longo da história [...]. Este contém uma condensação, uma exacerbação, uma potenciação de contradições. Como tal, merece e exige tratamento específico, mesmo porque é no nó que atuam, de forma imbricada, cada uma das contradições mencionadas. Além disto, esta concepção é extremamente importante para se entender o sujeito múltiplo [...] e a motilidade entre suas facetas. Efetivamente, o sujeito, constituído em gênero, classe e raça/etnia, não apresenta homogeneidade. Dependendo das condições históricas vivenciadas, uma destas faces estará proeminente, enquanto as demais, ainda que vivas, colocam-se à sombra da primeira. [não que as outras deixem de existir, elas somente terão uma proeminência menor que a que está dominando]. Em outras circunstâncias, será outra faceta a tornar-se dominante. Esta mobilidade do sujeito múltiplo acompanha a instabilidade dos processos sociais, sempre em ebulição¹⁰ (Saffioti, 2015, p. 83, grifo meu).

A figura abaixo ilustra, a meu ver, de forma bem interessante como podemos pensar os três sistemas (ou contradições) de forma articulada, como uma fusão. Os três sistemas estariam emaranhados, um imprimindo sua marca nos outros, correspondendo, deste modo, à ideia de novo propriamente ou de nó.

10 Aqui, de algum modo, podemos perceber certo destaque à perspectiva identitária, embora se saiba que a autora se definia como marxista. Mas também, percebemos uma proximidade com o pensamento de Danièle Kergoat, na ideia de que os processos sociais estão em constante transformação.

Figura 1

Capitalismo



Patriarcado

Racismo

Fonte Figura: https://pt.wikipedia.org/wiki/N%C3%B3_figura_oito

Façamos um esforço para tentar compreender como essa simbiose se opera na realidade social.

Segundo a autora, o capitalismo se apropriou desta “desvantagem” (grifo meu) feminina, procedendo com todas as demais da mesma forma. Tirando proveito das discriminações que pesavam contra a mulher, e assim continua a proceder. É possível verificar que, nas cadeias produtivas nacionais e internacionais, as mulheres predominam nos estágios mais degradados da terceirização ou quarteirização.

A Nike, por exemplo, usa mão de obra feminina oriental, trabalhando em domicílio e recebendo quantias miseráveis. Todos os estudos sobre força de trabalho feminina no mundo de economia globalizada revelam sua mais acentuada subordinação. Isto equivale a dizer que, quanto mais sofisticado o método de exploração praticado pelo capital, mais profundamente se vale da dominação de gênero de que as mulheres já eram, e continuam sendo, vítimas¹¹ (Saffioti, 2015, p. 138).

Neste ponto, a autora vê um problema, o perigo desse tipo de análise, segundo ela, reside em resvalar-se pelo dualismo (Saffioti, 2009, p. 30).

Não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe um processo de dominação separado de outro processo, este de exploração. Por esta razão, usa-se, aqui e em outros textos, a expressão dominação-exploração ou exploração-dominação. Alternam-se os termos, para evitar a má interpretação da precedência de um processo e, por via de consequência, da sucessão do outro. De rigor, não há dois processos, mas duas faces de um mesmo processo. Daí ter-se criado a metáfora do nó para dar conta da realidade da *fusão* patriarcado–racismo–capitalismo.

¹¹ Aqui, é imprescindível dar destaque à exploração das mulheres negras no Brasil tomando por base os estudos de Lélia Gonzalez.

Essa soma/mescla de dominação e exploração é entendida, de acordo com Saffioti (2009), como opressão. Porém, não se trata de um fenômeno quantitativo, e sim qualitativo, ser explorada e dominada significa uma só realidade, entende a autora.

É pensar, desse modo, que, tanto o capitalismo, como o racismo e também o patriarcado, atuam conjuntamente, simultaneamente, de forma imbricada, como um único sistema de dominação-exploração (ou exploração-dominação).

Aqui, novamente vemos uma proximidade entre as duas abordagens, tendo em vista que Kergoat vai dizer que as relações sociais continuam a operar e a se manifestar sob suas três formas canônicas: exploração, dominação e opressão, como veremos adiante. Também Saffioti chega a usar o termo consubstancialidade em um texto escrito em 1988, intitulado *Movimentos sociais: face feminina* para explicar a imbricação entre os sistemas de exploração-dominação ou dominação-exploração. No texto em questão, no entanto, ela não aborda o racismo.

A socióloga Helena Hirata, parceira de Danièle Kergoat em muitos estudos e pesquisas, entende que há proximidade entre as duas autoras, no que se refere à ideia do nó de Saffioti e à perspectiva da consubstancialidade das relações sociais de Kergoat (Castro; Roncato, 2016). Partiremos agora para a apresentação desta abordagem, mais especificamente.

A CONSUBSTANCIALIDADE DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Danièle Kergoat faz parte de uma corrente de feministas denominadas feministas materialistas francófonas¹². As feministas materialistas assim se autodenominam e não se autointitulam como marxistas, ainda que utilizem alguns elementos do marxismo, como afirma Maira Abreu (2019), por serem críticas à primazia da luta de classes e ao determinismo econômico.

Para as feministas materialistas, as relações de raça, de classe e de sexo (incluindo a sexualidade), são relações dialéticas, contraditórias, antagônicas e hierárquicas. Contudo, diferente do marxismo ortodoxo, que compreendia a luta de classes como motor da história, e que diz respeito única e exclusivamente às classes econômicas, para as materialistas não vivemos sob o prisma de uma única relação social (Kergoat, 2002) e, nenhuma relação social deve ser considerada primordial, ou seja, não há contradições principais e contradições secundárias. Para as autoras, não existe relação social sem oposição. De acordo com

¹² A corrente teórica denominada feminismo materialista francófono ou francês, de acordo com Maira Abreu (2019, p. 1), “constitui uma das correntes mais importantes do feminismo francês. São identificadas com essa perspectiva diversas análises antinaturalistas, para as quais, o conceito de relações sociais tem uma centralidade – notadamente aquelas produzidas por Christine Delphy, Colette Guillaumin, Nicole-Claude Mathieu e Monique Wittig” (grifo meu). Porém, conforme a autora, que desenvolveu sua tese de doutorado sobre essa corrente, é preciso ressaltar que os sentidos atribuídos aos termos “materialismo” e “feminismo materialista” variam historicamente e geograficamente, sendo assim, tais categorias não podem ser tratadas de forma a-histórica e descontextualizada (grifo da autora).

Kergoat (2010), essas três relações sociais mencionadas são consubstanciais, elas formam um nó, e também são co-extensivas, se reproduzindo e se co-produzindo mutuamente.

Para uma melhor compreensão, trazemos aqui a explicação da autora.

Tomemos o paradoxo das relações sociais de sexo: simultaneamente à melhora da situação da mulher, em particular no mercado de trabalho, ocorre a persistência, às vezes mesmo a intensificação, da divisão sexual do trabalho. “Tudo muda, mas tudo permanece igual”. Esse paradoxo me parece bastante ilustrativo dos impasses que um tipo de pensamento que segmenta as relações sociais, que os considera isoladamente, enfrenta. A minha tese, no entanto, é: as relações sociais são *consubstanciais*; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são *coextensivas*: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se co-produzem mutuamente (retiramos as notas da citação original em razão de já termos explicitado os usos dos termos raça e consubstancialidade) (Kergoat, 2010, p. 94, grifo da autora).

Para entender como esse processo transcorre na realidade social, seguimos com Kergoat (2010, p. 94). Diz ela,

Voltemos ao paradoxo. A participação da mulher no mercado de trabalho aumenta, mas as segmentações, horizontais e verticais, entre empregos masculinos e femininos, perduram. As desigualdades de salário persistem, e as mulheres continuam a assumir o trabalho doméstico. A meu ver, no entanto, isso não representa nenhuma aporia ou contradição interna às relações sociais de sexo, mas aponta para o fato de que o capitalismo tem necessidade de uma mão-de-obra flexível, que empenhe cada vez mais sua subjetividade: o trabalho doméstico assumido pelas mulheres libera os homens e, para as mulheres de alta renda, há a possibilidade de externalização do trabalho doméstico para outras mulheres (grifo da autora).

As mulheres com boas condições econômicas têm a possibilidade de delegar a responsabilidade, ou seja, terceirizar o trabalho doméstico, ao contratar empregadas domésticas. Nessa situação, podemos perceber a consubstancialidade das relações sociais de sexo, de raça e de classe. Em se tratando de Brasil, são mulheres ricas e brancas contratando, para não dizer explorando, mulheres pobres e, majoritariamente, negras.

No que se refere às relações raciais, a autora argumenta, trazendo o exemplo do trabalho de *care*, isto é, do cuidado, em que podemos perceber de modo muito evidente como as relações de sexo, de raça e de classe estão imbricadas e, por que não dizer, enoveladas, como queria Saffioti? Considerando que, principalmente no tocante aos países europeus (mas não somente a esses), tem havido, nas últimas décadas, um aumento estrondoso desse tipo de trabalho e, a mão-de-obra empregada, em sua maioria, é de mulheres, pobres pertencentes a certas etnias/raças e regiões específicas (africanas, asiáticas)¹³. Continua a autora:

13 No Brasil, o que ocorre é que mulheres das regiões Norte e Nordeste migram para a região Sudeste, principalmente, em busca de trabalho. O longa-metragem dirigido por Anna Muylaert *Que horas ela volta?* aborda magistralmente esta questão.

Assim, não se pode argumentar no âmbito de uma única relação social. O suposto paradoxo aponta para a imbricação, na própria gênese da divisão sexual do trabalho produtivo e reprodutivo, de diferentes relações sociais, e de relações sociais que não podem ser abordadas da mesma maneira (Kergoat, 2010, p. 94).

O paradigma da consubstancialidade permite, segundo Kergoat (2016), pensar conjuntamente as diferentes formas de divisão do trabalho e as divisões dentro de uma mesma classe.

As relações sociais de sexo, assim como as outras relações sociais, de raça e de classe, baseiam-se, antes de tudo, em uma relação hierárquica, trata-se de uma relação de poder, de dominação (Kergoat, 2010).

Conforme a pesquisadora brasileira Mirla Cisne, que se ancora nas feministas materialistas em seu trabalho *Feminismo e consciência de classe no Brasil*, “o conceito de *rappports sociaux de sexe* é diretamente fundamentado no de relações sociais de classe” (Cisne, 2018, p. 72, grifo da autora).

Conforme mencionamos anteriormente, Kergoat preocupou-se em aprofundar o conceito de relação social, ideia que está também presente nas feministas materialistas, desde Colette Guillaumin, Nicole-Claude Mathieu, e ainda, mais contemporaneamente, Jules Falquet. Contudo, é preciso compreender esse conceito a partir da diferenciação entre dois termos que só existem na língua francesa: *relations sociales* e *rappports sociaux*. O primeiro termo refere-se às relações interindividuais (intersubjetivas) que ocorrem em nível micro, já o segundo, às relações que transcorrem em nível macroestrutural. No português, só existe um termo: “relações sociais”. As *relations sociales* são relativamente fáceis de modificar, quanto às *rappports sociaux*, estas só podem ser transformadas indiretamente, coletivamente.

As relações intersubjetivas são próprias dos indivíduos concretos entre os quais se estabelecem. As relações sociais (*rappports*), por sua vez, são abstratas e opõem grupos sociais em torno de uma disputa [*enjeu*] (Kergoat, 2010, p. 95).

O que elas querem dizer com isto? Que as *relations sociales* mudam constantemente porque são relações que ocorrem entre indivíduos concretos, já as *rappports*, não, porque são relações entre grupos sociais. Mas que, de nada adianta¹⁴ as relações interindividuais mudarem, se isso também não acontecer em nível macro. De nada adianta um casal mudar, e o fato de percebermos que podem estar ocorrendo mudanças entre casais, quando o trabalho doméstico é dividido (quando na verdade, o companheiro apenas “ajuda” nas tarefas domésticas, na maioria das vezes) ou, que não existe violência doméstica em nosso meio, se essa mudança não for realmente comprovada em toda a sociedade, ou seja, no âmbito das relações sociais (*rappports*).

¹⁴ No sentido de que o efeito é inócuo.

A distinção entre relação intersubjetiva e relação social permite compreender que, se a situação mudou de fato em matéria de relações intersubjetivas entre os sexos e nos casais, as relações sociais, porém, continuam a operar e a se manifestar sob suas três formas canônicas: exploração, dominação e opressão (que podem ser ilustradas pelas diferenças salariais, pela maior vulnerabilidade e maior risco de ser vítima de violências)¹⁵. Ou seja, se, de um lado, há um deslocamento das linhas de tensão, de outro, as relações sociais de sexo permanecem intactas (Kergoat, 2010, p. 95).

A socióloga brasileira tece uma crítica às feministas materialistas, ao se colocar contrária à ideia da separação entre as duas esferas (macro e micro), e utiliza uma das autoras do feminismo materialista ao final da sua assertiva. Advoga a autora:

Não há duas esferas: uma das relações interpessoais (*relations sociales*) e outra das relações estruturais (*rappports sociaux*), como querem certas feministas francesas e algumas brasileiras. Não existe a classe social como entidade abstrata. Uma classe social negocia com outra por meio de seus representantes, que tampouco são entidades abstratas, mas pessoas. Todas as relações humanas são interpessoais, na medida em que são agenciadas por pessoas, cada qual com sua história singular de contatos sociais. Por mais que desejem desvincular-se desta história para representar sua classe, seu passado e sua singularidade pesam tanto que se chamam alguns de bons negociadores e outros de maus negociadores. O mesmo se passa com as categorias negros e brancos¹⁶. Afirmar que as relações de gênero são relações interpessoais significa singularizar os casais, perdendo de vista a estrutura social e tornando cada homem inimigo das mulheres (Delphy, 1998)¹⁷ (Saffioti, 2015, p. 86-87).

Contudo, entendemos que, do ponto de vista da sociologia materialista, essa crítica não se sustenta. Kergoat, de certo modo, rebate esse argumento em seu texto de 2016, ao falar do paradigma da consubstancialidade nas relações e no trabalho de *care* (cuidado). A autora afirma o seguinte: “raciocinar em termos de relações sociais não significa descartar a subjetividade ou considerar que os grupos e os indivíduos são heterônomos: o fato de que há dominação não elimina o poder de agir individual e coletivo” (Kergoat, 2016, p. 25).

Voltando à ideia dos sistemas de dominação-exploração de Saffioti e conciliando com a ideia da consubstancialidade de Kergoat, talvez possamos pensar que o capitalismo utiliza-se do patriarcado, do racismo e da exploração capitalista em si mesma, intrasexo, quando as mulheres são exploradoras de outras mulheres, mulheres brancas explorando mulheres negras, ou seja, o capitalismo se apropria do patriarcado e do racismo, as próprias mulheres, porém, brancas, exploram mulheres negras e mulheres pobres, os homens da classe trabalhadora exploram, mandam, tratam com violência suas esposas¹⁸. As próprias

15 Aqui, entendo que podemos incluir vários outros fatores como a distribuição desigual de poder entre os sexos, o controle da sexualidade feminina, o aborto ilegal, etc. No que diz respeito à questão da violência, no que tange à realidade brasileira, é preciso ponderar, tendo em vista que homens, principalmente homens negros, estão muito mais sujeitos à violência policial, urbana, que mulheres. Em se tratando da violência contra a mulher, possivelmente o termo violência patriarcal, como quer bell hooks (2019), seria mais apropriado neste caso, mesmo sabendo que a autora entende o conceito de forma mais ampla.

16 Incluiria aqui os sexos, já que, logo em seguida, a autora se refere às relações de gênero e não menciona as relações raciais.

17 Aqui, a autora se refere ao texto de Christine Delphy, O inimigo principal, que trata do patriarcado.

18 A filósofa estadunidense Angela Davis nos mostrou isso em seu clássico *Mulheres, raça e classe*.

mulheres reproduzindo o patriarcado (Cisne, 2018). Isto, a meu ver, nada mais é do que o que Kergoat chama de coextensividade e consubstancialidade das relações de classe, de raça e de sexo que, segundo ela, se reproduzem e se co-produzem mutuamente. Como em forma de espiral que não se fecha em si mesma (Kergoat, 2010).

Para uma melhor compreensão dessa engrenagem, como diria Saffioti, ou novelo, ou até amálgama, considero por demais relevante trazer aqui uma citação, embora longa, de bell hooks (2019, p. 45-46).

Como grupo, as mulheres negras estão numa posição peculiar na sociedade, não apenas porque em termos coletivos, estamos na base da pirâmide ocupacional, mas também porque o nosso *status* social é inferior ao de qualquer outro grupo. Isso significa que carregamos o fardo da opressão sexista, racista e de classe. Ao mesmo tempo, somos o grupo que não foi instituído para assumir o papel de explorador/opressor, na medida em que não nos foi concedido nenhum “outro” institucionalizado que pudéssemos explorar ou oprimir (crianças não representam “um outro” institucionalizado, ainda que possam ser oprimidas pelos pais e mães). Mulheres brancas e homens negros dispõem dos dois caminhos. Podem agir como opressores e podem ser oprimidos. Homens negros podem ser vitimados pelo racismo, mas o sexismo os autoriza a agir como exploradores e opressores das mulheres. Mulheres brancas podem ser vitimadas pelo sexismo, mas o racismo lhes faculta agir como exploradoras e opressoras de pessoas negras. Ambos os grupos têm instituído movimentos de libertação que favorecem seus interesses e dão suporte à opressão continuada de outros grupos. O sexismo dos homens negros tem minado a luta pela erradicação do racismo, da mesma forma que o racismo das mulheres brancas tem minado a luta feminista. Enquanto a igualdade almejada por esses dois grupos ou outro qualquer conceber a libertação como a conquista da igualdade social com homens brancos da classe dominante, esses dois grupos, ou qualquer outro, eles continuarão exercendo opressão e exploração sobre terceiros.

O feminismo negro trouxe contribuições de um valor inestimável para a compreensão das relações de poder e dominação, ou mesmo, como quer Saffioti, dos sistemas de dominação-exploração, o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Outrossim, a visão e crítica necessárias a um feminismo que se autoprotclamava como o defensor das mulheres desde uma perspectiva universal que não levava em conta as experiências das mulheres negras e, na verdade, constituía-se de um feminismo branco, de classe média-alta, fez-se presente.

É forçoso trazermos algumas reflexões. A contribuição do feminismo negro não busca justamente nos chamar a atenção de que o racismo sobre a mulher negra seria o sistema que não muda? Ou, na verdade, os três sistemas estariam contínua e ininterruptamente atuando sobre ela. Desse modo, sobre a mulher negra, a simbiose não dá trégua: racismo-patriarcado-exploração de classe.

Como falar em contradições que se modificam, que mudam de relevo, quando de fato as opressões em relação à mulher negra não mudam? Quando ela conseguiria estar em uma posição de vantagem? São questões que nos perseguem.

Pensando na ideia do novelo, talvez pudéssemos entender da seguinte forma. Os sistemas se interpenetram, um imprime sua marca no outro, como afirmou Kergoat. O

importante a reter é que nenhuma contradição social teria prioridade sobre a outra, de acordo com a autora. A questão que deve ser colocada é: em termos de Brasil, considerando o nosso passado de quase 350 anos de escravidão e o modo como a situação da população negra se evidenciou após a abolição da escravatura, sobretudo das mulheres negras, o racismo como sistema de opressão, dominação e exploração não se configuraria, de algum modo, entre os três sistemas, como o mais poderoso? Talvez com Saffioti (ou Gonzalez), possamos ter um alento para esta pergunta. Como o nó é frouxo, uma das contradições pode se sobressair às outras, sem que as outras duas deixem de atuar, segundo Saffioti, as situações de gênero e de classe seriam então moldadas e articuladas pelas de raça, talvez mais do que nos outros sentidos. Já Kergoat parece ser mais enfática neste ponto ao dizer que “nenhuma relação social é primordial ou tem prioridade sobre outra, ou seja, não há contradições principais e contradições secundárias” (Kergoat, 2010, p. 100). Talvez aqui o nó seria mais górdio que o de Saffioti¹⁹.

Acredito que sejamos frutos de nossas histórias pessoais, assim como de nossas origens étnico-raciais, de gênero, de classe, regionais, de nacionalidade, como mencionei na introdução do texto. Neste sentido, é necessário que consideremos o impacto e a influência da posição social das autoras em tela em seus estudos e análises. Nossas visões de mundo são construídas a partir desses elementos, consistindo em uma missão quase irrealizável nos colocar no lugar de nossos e nossas espectadores e espectadoras. Não são todos que conseguem, como Karl Marx, de acordo com Octavio Ianni. Vejamos em suas palavras.

Esta participação política de Marx que não é excepcional, mas é notável e que desenvolve ao longo do tempo, é fundamental para se entender o pensamento de Marx, um tipo de participação que envolve a reflexão teórico-prática, o pensamento teórico-crítico, e envolve uma perspectiva excepcional, através da qual ele se apropria do ponto de vista do outro. E, no caso, o outro é o operário (Ianni, 2011, p. 140).

Voltando às autoras que nos propomos discutir neste texto. A afirmação abaixo corrobora a ideia de que o pensamento das duas sociólogas apresenta proximidades. Kergoat chega a usar o termo “nó” para explicar o funcionamento das relações sociais e as suas contradições.

Mas o fato de as relações sociais formarem um sistema não exclui a existência de contradições entre elas: não há uma relação circular; a metáfora da espiral serve para dar conta do fato de que a realidade não se fecha em si mesma. Portanto, não se trata de fazer um *tour* de todas as relações sociais envolvidas, uma a uma, mas de enxergar os entrecruzamentos e as interpenetrações que formam um “nó” no seio de uma individualidade ou um grupo (Kergoat, 2010, p. 100, grifo da autora).

19 Mesmo assim, também Kergoat (2019, p. 338) afirma o seguinte quanto às três relações sociais: “cabe aos atores sociais e somente a eles decidirem, em uma perspectiva estratégica, qual relação social, aqui e agora, irão prioritariamente combater”.

Kergoat mobiliza os conceitos de coextensividade e consubstancialidade das relações sociais e, com isso, fala da “necessidade de raciocinar a partir de

várias *relações sociais*, não as adicionando (capital/trabalho + *relações sociais do sexo* = superexploração de mulheres trabalhadoras, por exemplo), mas restaurando a historicidade, objetiva e subjetiva, dessas *relações sociais* e, assim, mostrando sua “consubstancialidade” e sua “coextensividade” – dois conceitos criados para designar respectivamente o “entrelaçamento dinâmico de todas as relações sociais” e o fato de que elas se co-produzem e se reproduzem mutuamente (Kergoat, 2019, p. 344, grifo da autora).

Interessante destacar aqui, após este excerto de Kergoat, mais uma análise que as autoras possuíam em comum: o fato de concordar com a ideia de imbricação e não de adição das desigualdades. Saffioti, em seu livro “Gênero, Patriarcado, Violência”, afirma que o nó formado pelas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram, como já afirmamos anteriormente. Porém, a autora prossegue sua assertiva, ressaltando que: “Não se trata de somar racismo + gênero + classe social (aqui, eu substituiria por: racismo + patriarcado ou sexismo + capitalismo), mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão” (Saffioti, 2015, p. 122). E, mais adiante, cita Kergoat para sustentar seu argumento:

Como afirma Kergoat (1978), o conceito de superexploração não dá conta da realidade, uma vez que não existem apenas discriminações quantitativas, mas também qualitativas. Uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada. Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa (Saffioti, 2015, p. 122-123).

Em se tratando de Brasil, Lélia Gonzalez nos fornece uma visão um pouco diferente desta. Ela, que era uma mulher negra (diferente de Saffioti e Kergoat), manifestou preocupação com a situação da mulher negra e se debruçou em seus estudos sobre o problema da superexploração da população negra e, sobretudo, das mulheres negras, empreendendo duras críticas inclusive a setores da esquerda dos movimentos sociais e da academia da época, ao dizer que “a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra” (Gonzalez, 2020, p. 43). A feminista negra estadunidense bell hooks está de acordo com este pensamento ao dizer que: “Desde sempre, o feminismo tem sido usurpado por mulheres burguesas ocupadas em favorecer [defender] seus interesses de classe” (hooks, 2019, p. 37). O que de algum modo pode até ser compreensível, embora não justificável, pois: “Claro que é mais fácil para mulheres que não sofrem opressão de classe ou raça se focar exclusivamente na questão do gênero” (hooks, 2019, p. 45).

Aqui também Luiza Bairros nos auxilia na compreensão do ponto de vista situado, no momento em que trazemos a perspectiva de mulheres negras para essa discussão, como o ponto de vista feminista (*feminist standpoint*). De acordo com a autora, “segundo essa

teoria, a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos” (Bairros, 1995, p. 461).

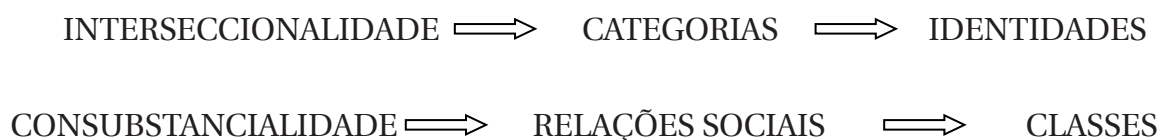
Neste sentido,

[...] uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista (Bairros, 1995, p. 461).

Voltando a Kergoat... Um ponto a se destacar nessa abordagem reside na ideia de que somente essas três relações (de sexo, de raça e de classe social) podem ser compreendidas como relações sociais de oposição, de contradição, de antagonismo, pelo fato de trazerem em si processos de dominação, opressão e exploração. Ainda, Kergoat defende a ideia de relação social e se coloca contrária à ideia de categoria, pois entende esta apenas como um marcador descritivo. Concepção muito presente nas perspectivas identitárias. Este é um dos incômodos de Kergoat em relação ao conceito de interseccionalidade. Essas ideias ficam nítidas nos excertos abaixo:

[...] uma relação social é uma tensão em torno da qual se criam grupos (eles não estão dados de início), enquanto uma categoria é apenas um marcador descritivo. Além disso, de acordo com a minha definição, para que se possa falar em “relação social”, é preciso que esta domine, oprima e explore [...], o que não é, a meu ver, o caso de categorias como idade, religião ou deficiência, pelo menos, em nossas sociedades (Kergoat, 2016, p. 20, grifo da autora).

[...] O termo “interseccionalidade” me incomoda por remeter ao cruzamento de categorias. O que é absolutamente legítimo para algumas utilizações, por exemplo, com a finalidade de mostrar, como fez Crenshaw, que as mulheres negras e pobres estavam na intersecção de vários sistemas de dominação e que essa intersecção não era considerada pelo sistema jurídico estadunidense. Mas, no que me diz respeito — eu sou socióloga —, a questão não é entrecruzar *categorias*, mas partir das *relações sociais que fabricam tais categorias*, rastrear os processos que estão na origem da produção de grupos e pertencimentos objetivos e subjetivos (Kergoat, 2016, p. 21, grifo da autora)²⁰.



²⁰ Ver também a crítica à ideia de interseccionalidade proposta por Elsa Dorlin no texto *Do uso epistemológico e político das categorias “sexo” e “raça” nos estudos de gênero*, citado por Kergoat (2010).

Para Kergoat, a noção de categoria parece trazer uma ideia muito estática, podendo representar a impossibilidade da mudança e da revelação dos aspectos das relações de poder e dominação. De outro modo, compreendemos que sexo, raça e classe fazem parte de relações sociais, de processos que estão permanentemente em mudança, pois se constituem como relações dialéticas, relações dinâmicas que, segundo a autora, “estão em perpétua evolução e renegociação” (Kergoat, 2010, p. 98).

Assim, para Kergoat (2019, p. 14): “Pensar em termos de relações sociais, e não em categorias fixas, é colocar o sujeito político de volta ao centro da análise. Em suma, é possível pensar em utopia ao mesmo tempo em que analisamos a desordem do mundo”.

Outro elemento importante que queremos destacar é o fato de que Kergoat entende que as práticas sociais são compreendidas em termos de relações sociais. Isso está relacionado à ideia de *relations sociales* e *rappports sociaux*, pois se as práticas sociais são compreendidas no nível das relações sociais, ou seja, no nível macro, dessa forma, elas podem operar transformações na realidade social. A autora compreende que é no nível das práticas sociais que a mudança é possível. Por isso, podemos compreender a assertiva de que haveria, de um lado, mudança no nível das relações intersubjetivas, contudo, de outro, quando se trata da divisão sexual do trabalho e das relações sociais de sexo que, segundo a autora, formariam um sistema (Kergoat, 1996), aquelas permanecem intactas (Kergoat, 2010). A transformação é mais difícil de se operar em nível macro, como já mencionamos anteriormente, pois é preciso a organização coletiva, dos grupos envolvidos.

[...] são as práticas sociais — e não as relações intersubjetivas — que podem dar origem a formas de resistência e que podem, portanto, ser as portadoras de um potencial de mudança no nível das relações sociais [entendo aqui, no nível da estrutura social] (Kergoat, 2010, p. 95).

Saffioti não acentua tanto a diferença em termos de categoria e relação, como Kergoat, que trabalha em termos de relações sociais. Esta última preocupa-se exaustivamente em demarcar a diferença entre categoria e relação, trazendo assim, as possibilidades de mudança social.

[...] A multiplicidade de categorias mascara as relações sociais [...] não podemos dissociar as categorias das relações sociais dentro das quais foram construídas. Assim, trabalhar com categorias, mesmo que reformuladas em termos de intersecções, implica correr o risco de tornar invisíveis alguns pontos que podem tanto revelar os aspectos mais fortes da dominação como sugerir estratégias de resistência (Kergoat, 2010, p. 98, grifo meu).

A ideia de consubstancialidade, como espero ter mostrado, não implica que tudo está vinculado a tudo; implica apenas uma forma de leitura da realidade social. É o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca [...] (Kergoat, 2010, p. 100).

A figura da espiral é bastante ilustrativa para pensarmos os processos e as relações sociais em constante fluxo e transformação, embora amiúde permanecendo imutáveis. Como afirma a própria autora: “Tudo muda, mas tudo permanece igual” (Kergoat, 2010, p. 94). A realidade é um continuum, consistindo em uma não linearidade. Quanto à coextensividade, segundo a autora, “ela aponta para o dinamismo das relações sociais. O conceito procura dar conta do fato de que elas se produzem mutuamente” (Kergoat, 2010, p. 100). Esse movimento permite a possibilidade da mudança.

E, para concluir, a ideia de consubstancialidade, conforme a autora, consistindo na

unidade de substância entre três entidades distintas, convida a pensar o mesmo e o diferente em um só movimento: 1) não obstante sejam distintas, as relações sociais têm propriedades comuns – daí o emprego do conceito marxiano de relação social com seu conteúdo dialético e materialista para pensar, também, o sexo e a raça; 2) as relações sociais, embora distintas, não podem ser entendidas separadamente, sob o risco de serem reificadas (Kergoat, 2016, p. 20).

Em Saffioti, também vemos presente a ideia de mudança social e, por mais que, em alguns momentos, a autora faça a crítica às feministas materialistas, suas análises em relação aos grupos de sexo se aproximam. “Não há, pois, possibilidade de se considerarem os interesses das duas categorias [homens e mulheres] como apenas conflitantes. São, com efeito, contraditórios” (Saffioti, 2009, p. 13).

Não basta ampliar o campo de atuação das mulheres. Em outras palavras, não basta que uma parte das mulheres ocupe posições econômicas, políticas, religiosas etc., tradicionalmente reservadas aos homens. Como já se afirmou, qualquer que seja a profundidade da dominação-exploração da categoria mulheres pela dos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma. A contradição não encontra solução neste regime. Ela é passível de superação, o que exige transformações radicais no sentido da preservação das diferenças e da eliminação das desigualdades, pelas quais é responsável a sociedade. [...] (Saffioti, 2009, p. 13-14, grifo meu).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao final desta exposição, podemos dizer que as duas abordagens, esses dois referenciais teóricos que compreendem a realidade social desde a perspectiva da simbiose entre três contradições sociais básicas, ou, da consubstancialidade entre as três relações sociais fundamentais que se imbricam e são transversais, constituem-se como ferramentais de extrema potencialidade para explicar a realidade social contraditória, antagônica e extremamente desigual em que vivemos.

Nossa compreensão é de que ambas as autoras analisam a sociedade desde o ponto de vista de como as coisas permanecem, ou seja, a partir da ideia da permanência, mas também, apontam possibilidades de mudança. Kergoat se colocando contrária à ideia de categorias sociais e propondo o paradigma das relações sociais e de sua consubstancialidade, entende que a dominação pode ser dessa forma revelada, como também as

“estratégias de resistência”. E, Saffioti, por sua vez, compreende que a contradição não encontra superação neste regime, ou seja, no capitalismo, e que é preciso haver transformações radicais no sentido da preservação das diferenças e da eliminação das desigualdades, pelas quais a sociedade tem sua responsabilidade.

Entendemos que uma análise que considere cada sistema ou contradição social em separado não dá conta de capturar a complexidade resultante da interação entre todos os elementos que constituem as diferentes contradições ou sistemas de dominação, exploração e opressão sociais.

Desta feita, queremos ressaltar ainda a imensa contribuição que o feminismo negro trouxe para o movimento e a reflexão feministas. Há diferenças nas vivências e nas experiências das mulheres, posto que o feminismo, em sua origem, e, especialmente, o chamado “Feminismo da segunda onda”, era constituído por mulheres brancas de classe média e não problematizava o contexto e as opressões sofridas pelas mulheres negras e da periferia. E se constituía, acima de tudo, de um feminismo do norte global. Ainda podemos acrescentar a essa reflexão as contribuições do feminismo comunitário e do feminismo decolonial (Julietta Paredes, María Lugones e Rita Segato), que nos convocam a pensar a opressão dos povos indígenas e, sobretudo, das mulheres indígenas e dos povos colonizados.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maira. Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 3, p.1-17, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n354237> Acesso em: 12 jul. 2019.

BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, v. 3 n. 2, p. 458-463, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462> Acesso em 31 maio 2024.

CASTRO, Bárbara Geraldo de; RONCATO, Mariana Shinohara. Entrevista com Helena Hirata. **Ideias**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 295-318, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/ideias.v7i1.8649521> Acesso em: 9 dez. 2016.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

FERREIRA, Verônica *et al.* (Orgs.) **Patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**: Colette Guillaumin, Paola Tabet e NoCole-Claude Mathieu. Recife: SOS Corpo, 2014.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IANNI, Octavio. **A Sociologia e o Mundo Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY-BULPORT André; COMBES, Danièle; HAICAULT, Monique *et al.* **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1986. p. 79-93.

KERGOAT, Danièle. A relação social de sexo. Da reprodução das relações sociais à sua subversão. **Pro-Posições**, v. 13, n. 1, p. 47-58, jan/abr, 2002. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2125/37-dossie-kergoatd.pdf> Acesso em 10 fev. 2017.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos Cebrap**, n. 86, p. 93-103, mar. 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509712/mod_resource/content/0/n86a05.pdf Acesso em 12 fev. 2017.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17-26.

KERGOAT, Danièle. Consubstancialidade versus interseccionalidade? A propósito da imbricação das relações sociais. In: KERGOAT, Danièle. **Lutar, Dizem Elas...** Recife: SOS Corpo, 2018. p. 145-166.

KERGOAT, Danièle. Pensar a complexidade da relação social. **Lutas Sociais**, v. 23, n. 43, p. 333-349, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/ls.v23i43>. Acesso em 13 fev. de 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. Movimentos Sociais, face feminina. In: CARVALHO, Nancy Valadares de (org.). **A Condição Feminina**. São Paulo. Vértice: Revista dos Tribunais, 1988. p. 143-188. Disponível em: <https://marxismo21.org/heleieth-saffioti-marxismo-genero-e-feminismo/> Acesso em 22 maio 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. **Ontogênese e filogênese do gênero**: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil. 2009. Disponível em: https://flasco.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffioti.pdf

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

(Recebido para publicação em 6 de junho de 2024)

(Aprovado para publicação em 12 de junho de 2024)